



Eixo 6: Questões Agrária, Urbana e Ambiental

Paradigmas da ausência de Política de Habitação em São Gonçalo-RJ

Resumo: Este artigo examina a política de habitação, ou a falta dela, na cidade de São Gonçalo-RJ, localizada na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Sendo o segundo município mais populoso do estado, enfrenta desafios típicos das áreas periféricas, como déficit habitacional, infraestrutura urbana insuficiente, mobilidade precária e grandes distâncias até os locais de trabalho. A análise aborda a ausência de políticas públicas eficazes nas esferas estadual e federal, bem como a ineficácia do poder público municipal em promover habitação de interesse social. Dividido em duas partes principais, o artigo primeiro discute a habitação da classe trabalhadora no Brasil, explorando o processo de mercadorização das cidades e moradias. Em seguida, oferece uma contextualização do município de São Gonçalo, destacando suas características geográficas, demográficas e socioeconômicas, e problematiza a situação da política habitacional na cidade. O estudo busca contribuir para a compreensão dos obstáculos enfrentados pela população gonçalense e a importância de políticas públicas que garantam o direito à moradia adequada.

Palavras-chave: habitação social; política urbana; São Gonçalo.

Paradigms of the absence of Housing Policy in São Gonçalo-RJ

Abstract: This article examines the housing policy, or lack thereof, in the city of São Gonçalo-RJ, located in the Metropolitan Region of Rio de Janeiro. As the second most populous municipality in the state, it faces typical challenges of peripheral areas, such as housing deficits, inadequate urban infrastructure, poor mobility, and significant distances to workplaces. The analysis addresses the absence of effective public policies at the state and federal levels, as well as the inefficacy of the municipal government in promoting social housing. Divided into two main sections, the article first discusses working-class housing in Brazil, exploring the commodification process of cities and housing. Next, it provides a contextualization of São Gonçalo, highlighting its geographical, demographic, and socioeconomic characteristics, and scrutinizes the housing policy situation in the city. The study aims to contribute to the understanding of the obstacles faced by the population of São Gonçalo and the importance of public policies that ensure the right to adequate housing.

Keywords: Social Housing; housing policy; Sao Goncalo.

Introdução

O presente trabalho busca dissertar sobre a política de habitação, ou a sua ausência, na cidade de São Gonçalo-RJ, um município localizado na Região Metropolitana do estado do Rio de Janeiro. Com uma população aproximada de 900 mil habitantes, conforme dados do IBGE (2022), São Gonçalo figura como o segundo município mais populoso do estado, perdendo apenas para a capital. Apesar de sua importância demográfica, a cidade enfrenta desafios característicos das áreas periféricas, tais como déficit habitacional, infraestrutura urbana inadequada, mobilidade urbana precária e distâncias significativas até os locais de trabalho.

Assim como em outras cidades periféricas, os aspectos da questão social são visíveis no tecido urbano e no cotidiano de São Gonçalo. Apesar do grande contingente populacional, o município não ocupa papel de interesse das esferas estadual e federal no que se refere a políticas públicas. Além disso, a cidade apresenta um poder público municipal pouco eficaz no que se refere à habitação de interesse social, o que dificulta até a luta por moradia na cidade. Este artigo se propõe a discorrer sobre essas questões em dois itens, além desta introdução e das considerações finais.

Na primeira seção, trazemos considerações sobre a habitação da classe trabalhadora no Brasil, abordando o processo de mercadorização das cidades e das moradias. Em seguida, apresentamos uma breve contextualização do município de São Gonçalo-RJ, destacando suas características geográficas, demográficas e socioeconômicas. Por fim, problematizamos o panorama da política de habitação na cidade.

1. Considerações sobre a habitação da classe trabalhadora no Brasil

Tendo em vista que no modo de produção capitalista, tudo é transformado em mercadoria, conforme aponta Marx (2011), com a habitação isso não seria diferente. Com o advento do capitalismo, a cidade tornou-se uma mercadoria para quem pode pagar (HARVEY, 2014). Como elencado por Maricato (2015, p. 17), a cidade existia antes do capitalismo, contudo, “com ele as cidades mudam. E mudam a tal ponto que é impossível pensa-lo sem elas”.

A Constituição Federal de 1988 (CF-88), no seu Art. 6º coloca o direito à moradia como um dos direitos sociais da população brasileira. O texto constitucional também fala que as propriedades devem cumprir a sua função social. Todavia, no capitalismo, essas garantias legais de nada valem. A moradia no Brasil nunca fez parte do cálculo do salário mínimo pago aos trabalhadores. (SOUZA, 2022).

O relatório da Fundação João Pinheiro (FJP), sobre a estimativa do déficit habitacional brasileiro, aponta que em 2022, a estimativa do déficit habitacional é de 6.215.313 domicílios (FJP, 2023). Em termos relativos, isso representa 8,3% do total de domicílios particulares ocupados do país. O relatório, elaborado a partir da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios Contínua (PnadC) do IBGE, verificou que o principal componente principal do déficit habitacional no Brasil é o ônus excessivo com o aluguel urbano (3,24 milhões), seguido pelas habitações precárias (1,68 milhão) e coabitação (1,28 milhão).

Como destacado no documento, os dados demonstram uma heterogeneidade regional do déficit habitacional brasileiro, na medida em que o predomínio do componente ônus excessivo com o aluguel se dá nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, e as habitações precárias nas regiões Norte e Nordeste. Demonstrando além da heterogeneidade entre as regiões, uma desigualdade na estrutura urbana entre as diferentes regiões do país.

O processo de urbanização das cidades brasileiras ocorreu articulado ao processo de industrialização, duplo processo ou processo com dois aspectos para Lefebvre (2001). Com a urbanização, houve uma concentração dos trabalhadores e da população nas áreas urbanas das cidades, sem o acompanhamento de políticas públicas habitacionais. Assim, a questão da moradia foi delegada ao mercado imobiliário. Como consequência deste processo, temos o surgimento de periferias e favelas no espaço urbano como espaço de moradia da classe trabalhadora, “aglomerados distantes dos centros, clandestinos ou não, carentes de infraestrutura” (KOWARICK, 1979, p. 31). Sendo assim,

A periferia como fórmula de reproduzir nas cidades a força de trabalho é consequência direta do tipo de desenvolvimento econômico que se processou na sociedade brasileira das últimas décadas. Possibilitou, de um lado, altas taxas de exploração de trabalho, e de outro, forjou formas espoliativas que se dão ao nível da própria condição urbana de existência a que foi submetida a classe trabalhadora. (KOWARICK, 1979, p. 41)

Assim sendo, se pode observar com o surgimento das periferias e das favelas no espaço urbano aparece como um produto do desenvolvimento das cidades sob a lógica do modo de produção capitalista. Com a anuência e a participação do Estado – seja pela ausência de políticas públicas voltadas para o ordenamento da ocupação e uso do solo ou pela remoção de camadas da classe trabalhadora de áreas de interesse do capital -, as cidades foram desenhadas pela iniciativa privada. Coube posteriormente, ao Estado desenvolver ações, levando infraestrutura urbanas e equipamentos públicos as áreas demarcadas pelo capital imobiliário. Como descreve Kowarick, o

[...] processo de retenção dos terrenos à espera de valorização, levou ao surgimento de bairros cada vez mais distantes. Amontoam-se populações em áreas longínquas, afastadas dos locais de trabalho, impondo-se distâncias de deslocamento cada vez maiores. Acentua-se o processo de criação de “cidades-dormitório”, verdadeiros acampamentos desprovidos de infraestrutura. (KOWARICK, 1979, p. 34)

Portanto, é o próprio desenvolvimento das metrópoles e das regiões centrais, que produzem as periferias. O desenvolvimento geográfico desigual é produzido de forma combinada, de acordo com uma necessidade de acumulação de capital. Com a anuência e o poder do Estado, o capital proveu e consolidou nas cidades uma segregação socioespacial, com a expulsão dos trabalhadores mais pobres das regiões centrais das cidades, que pela herança colonial brasileira, são em sua maioria negros. Para Santos (1993, p. 96), “as cidades são grandes porque há especulação e vice-versa; há especulação porque há vazios e vice-versa; porque há vazios as cidades são grandes”.

Assim sendo, como destacado por Souza (2022) e outros autores, os terrenos apropriados pela classe trabalhadora são os considerados inadequados pelos outros agentes que constituem o espaço urbano e as elites. Enquanto, na contemporaneidade, os detentores de poder aquisitivo procuram além das áreas centrais, com grande oferta de serviços, os espaços urbanos que já tiveram investimentos públicos e os valorizados naturalmente. Buscando a sua sobrevivência, a classe trabalhadora ocupa as áreas inóspitas e sem infraestrutura urbana, como morros e encostas. Esta divisão residencial demonstra, de forma nítida, uma segregação na divisão socioespacial das cidades.

Como Maricato (2015) aponta, sem o interesse do Estado em construir habitações para a classe trabalhadora, os bairros de moradia da classe trabalhadora são construídos

por ela mesma, nos seus horários de descanso. De modo que, as favelas e ocupações informais não constituem exceções nas nossas cidades, mas elementos estruturais, e fazem parte da reprodução da força de trabalho formal. Sendo assim, a autoconstrução de moradias foi a maneira encontrada pelos estratos mais empobrecidos da classe trabalhadora de saciar a sua necessidade habitacional.

Assim, a autoconstrução de moradias também se constitui como a superexploração da força de trabalho e é a maneira com que os trabalhadores interferem, produzem o espaço urbano e participam da formação das cidades, junto com os grandes proprietários de terras, o mercado imobiliário e o Estado, conforme elucida Corrêa (1979).

Apesar do processo de urbanização no Brasil ter ocorrido sem planejamento estatal, a migração massiva da população para as cidades, seu adensamento e as condições precárias em que viviam, geraram pressões populares que levaram ao início da responsabilização do Estado pelo fornecimento de habitação de interesse social. Essas mobilizações tiveram significativas vitórias no decorrer das últimas décadas, como a promulgação do Estatuto da Cidade, no ano de 2001, pela Lei n. 10.257, de 10 de junho de 2001; criação do Ministério das Cidades, ano de 2003; criação do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – (FNHIS), pela Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005; e, instituição de programas governamentais habitacionais.

2. Existe política habitacional em São Gonçalo?

O município de São Gonçalo está localizado na região metropolitana do estado do Rio de Janeiro. Possuindo divisa com os municípios de Maricá, Niterói, Itaboraí, e a Baía de Guanabara, a cidade ocupa uma área territorial de 248,160km² (IBGE, 2022). A cidade possui uma localização estratégica nas malhas urbanas do estado, sendo atravessada por três grandes vias de deslocamento: A RJ-106 (estrada litorânea – direção Região dos Lagos Fluminenses), RJ-104 (indo até Magé em direção às cidades serranas) e a BR-101.

É o segundo município mais populoso do estado, com 896.744 habitantes, ficando atrás somente da capital e 18º município mais populoso do país (IBGE, 2022). Conforme os dados levantados pelo IBGE, no ano de 2021 o salário médio mensal dos trabalhadores formais era de 2 salários mínimos, com uma proporção de pessoas ocupadas em relação

à população total de 10,4%. O censo de 2010 estimou que 34,5% da população vivia com uma renda nominal mensal de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo.

Para compreendermos o status de cidade periférica de São Gonçalo é necessário um breve resgate dos processos econômicos, sociais e políticos que perpassam a história da cidade. Além disto, utilizamos a lei de desenvolvimento desigual e combinado, elaborada por Trotsky (2017), para analisar o desenvolvimento capitalista, entendendo que ele pressupõe uma amálgama entre diferentes estágios de desenvolvimento e que o aparecimento das cidades periféricas tem ocorrido de forma concomitante com a consolidação das metrópoles.

Compreendendo a importância dos ajustes espaciais para o modo de produção capitalista (HARVEY, 2004), São Gonçalo passou por processos no seu território que modificaram a sua forma de inserção econômica no capitalismo local, e trouxeram grandes transformações para a cidade.

A transição econômica de São Gonçalo teve início na década de 1920, quando o município atraiu indústrias graças a incentivos fiscais concedidos pelo Estado do Rio de Janeiro, pela lei estadual nº 1.1991 de 11 de novembro de 1925. A cidade também se beneficiou de sua localização estratégica perto da capital, da disponibilidade de áreas industriais e da abundância de matéria-prima.

Essas condições levaram São Gonçalo a liderar a arrecadação de impostos no Rio de Janeiro em 1928, tornando-se o maior arrecadador do país onze anos depois. A década de 1940 marcou seu reconhecimento como um dos municípios mais relevantes do estado, destacando-se na produção, geração de empregos industriais e influência na economia do Rio de Janeiro, além de ganhar proeminência entre as regiões industriais do Brasil, conforme Araújo e Melo (2014).

O destaque enquanto um importante polo industrial, rendeu a cidade o apelido de "Manchester Fluminense", em alusão à cidade industrial inglesa (ARAÚJO; MELO, 2014). Este crescimento industrial desencadeou um rápido aumento populacional em São Gonçalo, tendo em vista que a industrialização e a urbanização são um duplo processo, como aponta Lefebvre (2001). Rosa (2017), destaca que esse crescimento levou a uma expansão horizontal da cidade, com o parcelamento de terras para a construção de habitações para os trabalhadores e a transformação de áreas agrícolas em zonas residenciais, principalmente nas décadas de 1940 e 1960.

Este crescimento populacional ocorreu na cidade sem o acompanhamento de políticas de urbanização e habitação. Para Gonçalves,

[...] o município de São Gonçalo representava a realidade socioespacial de muitas das cidades metropolitanas brasileiras: um grande contingente populacional residindo em áreas informais da cidade, principalmente nas favelas e nos loteamentos irregulares, suscetíveis a toda ordem de problemas no que tange ao saneamento ambiental e áreas de risco. Neste período, a expansão urbana no município pode ser caracterizada não somente por um processo de adensamento das áreas urbanas consolidadas, mas principalmente pela expansão dos loteamentos nas franjas do município. Áreas afastadas do tradicional eixo de concentração foram os principais destinos de maioria esmagadora da população mais pobre, tendo como exemplo maior o bairro de Jardim Catarina, área loteada que já ostentou o título de maior loteamento da América Latina. (GONÇALVES, 2012, p. 119)

Todavia, o crescimento econômico de São Gonçalo não perdurou muito tempo e a cidade foi perdendo o seu protagonismo, entre as décadas de 1940 e 1950 se iniciou o seu declínio enquanto polo industrial. Para Araújo e Melo (2014, p. 75):

Em um contexto de ação deliberada do Estado brasileiro para promover a industrialização, a escolha dos municípios que abrigariam as plantas industriais resultantes dos esforços estatais foi determinante para traçar o novo vetor de desenvolvimento industrial fluminense. São Gonçalo ficou fora desta escolha.

Além disso, os autores também acreditam que a cidade não contou com uma política de crescimento articulada e que a sua infraestrutura industrial se esgotou. De Manchester Fluminense, a cidade foi perdendo o seu protagonismo e adquirindo o papel de cidade periférica que tem na atualidade.

Frequentemente, a cidade é caracterizada como uma cidade dormitório, por se acreditar que a sua função residencial predomina sobre as outras. Todavia, nós optamos por não utilizar o conceito de cidade dormitório para qualificar São Gonçalo, por entender que este conceito ignora um grande grupo populacional que não realiza o movimento pendular diário, como crianças, idosos, desempregados, mulheres donas de casa que exercem o trabalho doméstico não remunerado, e por não levar em consideração os desafios enfrentados para o deslocamento urbano.

Esta caracterização para cidade foi rejeitada por Rosa (2017), na medida em que o município tem enfrentado uma leve recuperação econômica, com o crescimento do setor de serviços, e que se tem observado mudanças no deslocamento pendular. O autor evidencia uma absorção da força de trabalho local pelo próprio município e um crescimento dos deslocamentos periferia-periferia. Sendo assim, rejeitamos o conceito de cidade dormitório para São Gonçalo.

Para São Gonçalo, achamos o conceito de periferia um termo mais adequado a sua realidade contemporânea. O que já foi sinônimo de localidade longe do centro, na atualidade, compreende-se como periferias as áreas menos abastadas do espaço urbano, com carências na sua infraestrutura urbana e uma população, em geral, com menor poder aquisitivo.

Como já destacado, assim como outros municípios que compõem a periferia urbana, São Gonçalo não contou com políticas públicas de urbanização durante o seu processo de urbanização e crescimento populacional. O crescimento da cidade ocorreu segundo a lógica dos moldes capitalistas e carrega os problemas urbanos comuns a outras cidades que compõem as regiões brasileiras.

O Plano Diretor (PD) é o documento que sistematiza as estratégias de desenvolvimento urbano de um município. Em São Gonçalo, o PD foi formulado ainda na década de 1990 e revisado em 2009 para se adequar ao Estatuto da Cidade, incorporando novas diretrizes e estratégias. O PD de São Gonçalo, embora não totalmente, segue as diretrizes do Estatuto da Cidade e do Movimento pela Reforma Urbana.

Consideramos que uma política habitacional eficaz deve incluir não apenas a construção de novas habitações e regularização fundiária, mas também a melhoria das habitações existentes, infraestrutura, urbanização e mobilidade urbana. Analisando a política habitacional de São Gonçalo, observamos que ela não possui investimentos satisfatórios em nenhum desses campos.

São Gonçalo não possui um grande orçamento destinado para a política de habitação. Para o ano de 2024, a Lei Orçamentária Anual do Município, no seu Programas de Trabalho do Governo, destinou somente R\$ 12.750,00 para o Plano Municipal de Habitação de Interesse Social – PMHIS. Quanto as ações que se referem a habitação de interesse social, observamos que elas se dão pela operacionalização de

programas do governo federal, especificamente o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV).

Sendo assim, consideramos que a cidade não possui uma política habitacional própria. Pois até mesmo outras políticas habitacionais como o aluguel social e a regularização fundiária são realizadas por outras secretarias que não a de habitação. Com o aluguel social do município sendo gerido e operacionalizado pela Secretaria de Assistência Social, e as poucas ações de regularização fundiária pela Secretaria Municipal de Gestão Integrada e Projetos Especiais, vemos um esvaziamento da Secretaria de Habitação de São Gonçalo.

Embora seja essencial para a qualidade de vida e o desenvolvimento sustentável da cidade, o investimento em moradia de interesse popular, adequação de moradias e a urbanização das áreas mais precárias, observamos que isto não parece ser prioridade para o poder público municipal em São Gonçalo. Consideramos como resultado de uma série de fatores, incluindo limitações orçamentárias, pressões políticas e interesses do capital. Geralmente os recursos disponíveis são direcionados para outras áreas que são consideradas prioritárias em termos de visibilidade política ou potencial de retorno eleitoral, como projetos de embelezamento urbano ou eventos culturais.

O histórico político de São Gonçalo é caracterizado por um cenário complexo e multifacetado, marcado pelo clientelismo e pela influência de grupos como milícias e o tráfico/varejo de drogas no território urbano. Esses elementos têm desempenhado um papel significativo na configuração das dinâmicas sociais, econômicas e políticas da cidade, influenciando diretamente a formulação e implementação de políticas públicas, incluindo aquelas relacionadas à habitação e urbanização.

A presença de milícias e grupos ligados ao tráfico e varejo de drogas adiciona uma camada adicional de complexidade ao ambiente político da cidade. Esses grupos exercem influência sobre territórios específicos, controlando atividades ilegais e, em alguns casos, interferindo nas decisões políticas locais. A presença de milícias e do tráfico de drogas pode criar um ambiente de intimidação e violência, dificultando a atuação efetiva de movimentos sociais e organizações da sociedade civil que buscam promover mudanças positivas na comunidade.

Diante desse contexto político complexo, as políticas habitacionais e de urbanização em São Gonçalo podem ser afetadas por interesses e agendas que não necessariamente priorizam o bem-estar e os direitos da população.

Além disto, São Gonçalo também parece enfrentar a falta de interesse por parte das esferas estadual e federal em relação às políticas públicas no município. Entre os fatores que podem resultar nisso, destacamos os interesses do capital e uma atenção direcionada para a capital do estado. Como consequência, municípios periféricos como São Gonçalo podem enfrentar dificuldades em receber o apoio necessário para enfrentar seus próprios desafios, incluindo questões relacionadas à habitação, urbanização e desenvolvimento socioeconômico.

Essa falta de interesse dos outros poderes, somada a inexistência de uma política habitacional efetiva na cidade, e interesse político para tal, impõe obstáculos concretos até para a luta em prol de moradia adequada dentro do município, pois a conquista de vitórias se torna algo de difícil alcance, mesmo que haja grande mobilização. Como o caso do Movimento de Trabalhadores Sem Teto (MTST)¹, que mesmo tendo atuado na cidade por aproximadamente oito anos (período entre 2014 -2022), não obteve a construção ou destinação de habitação aos seus militantes. É importante destacar que diferentes fatores culminaram na não obtenção de vitória, em relação a moradia, do MTST na cidade, contudo, compreendemos que a ausência de uma política habitacional contribuiu muito para isso.

Considerações Finais

Nas considerações finais deste trabalho, é fundamental ressaltar que as políticas habitacionais de interesse social esbarram nos interesses do capital imobiliário e da iniciativa privada. Em um modo de produção baseado na acumulação de mercadoria (MARX, 2011), o lucro e a especulação imobiliária são priorizados em detrimento do bem-estar e dos direitos da classe trabalhadora, resultando em uma distribuição desigual do espaço urbano e da cidade.

¹ Movimento social urbana surgido na década de 1990, que tem entre as suas principais bandeiras a luta pela Reforma Urbana e por Moradia. Com mais de 20 anos de existência, o MTST é obteve vitórias e é presente em diversos estados brasileiros.

No decorrer deste trabalho, buscamos, ainda que de forma sintética, mostrar a complexidade dos desafios enfrentados pela cidade, desde a falta de investimento em moradia adequada até a influência de dinâmicas políticas e sociais adversas. Compreendemos a importância da luta dos movimentos sociais e a pressão da sociedade civil nessa temática, e como estes desempenham um papel crucial na luta por políticas públicas, como o caso da habitação.

No entanto, é importante reconhecer que a estrutura urbana do estado do Rio de Janeiro, com a presença de grupos armados, não presentes exclusivamente no município de São Gonçalo, adiciona obstáculos e perigos à luta dos movimentos sociais urbanos que lutam em prol de moradia popular, como apontado por Souza (2022).

Sendo assim, entendemos que, além de pressionar o poder público, é necessário também criticar e questionar o papel do capital imobiliário e da iniciativa privada na formulação e implementação das políticas habitacionais. Além disso, é fundamental promover alternativas de habitação mais justas e inclusivas, que priorizem o acesso à moradia adequada para todos, em vez do lucro financeiro de alguns poucos.

Dessa forma, é necessário um esforço conjunto e coordenado de todos os setores da sociedade para enfrentar os desafios habitacionais existentes no país e construir uma cidade mais justa, equitativa e habitável para todos os seus habitantes. Isso requer não apenas ações imediatas e pontuais, mas também uma transformação estrutural das políticas e práticas relacionadas à habitação e ao desenvolvimento urbano, uma necessária Reforma Urbana.

Referências

ARAUJO, V. L.; MELO, H. P. (2014). O processo de esvaziamento industrial em São Gonçalo no século XX: auge e declínio da “Manchester Fluminense”. **Cadernos Do Desenvolvimento Fluminense**, (4), 65–87. <https://doi.org/10.12957/cdf.2014.11532>

BRASIL. **Constituição Federal do Brasil**. 1988.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

GONÇALVES, Thiago. **Periferias segregadas, segregação nas periferias**: por uma análise das desigualdades intraurbanas no município de São Gonçalo, RJ. Dissertação (mestrado). Orientadora: Eliane da Silva Bessa. Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

HARVEY, David. **Cidades Rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Boitempo, 2014

HARVEY, David. **Espaços de Esperança**. Edições Loyola, São Paulo, 2004.

IBGE. **Cidades e Estados**. Por Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em 2022. Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados> >. Acesso em 28 de maio de 2024.

FJP. Fundação João Pinheiro. **Déficit habitacional no Brasil 2022** / Fundação João Pinheiro. – Belo Horizonte, 2023.

KOWARIC, Lúcio. **A Espoliação urbana**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. Tradução: Rubens Eduardo Frias. 5 Ed. São Paulo: Editora Centauro, 2001.

MARICATO, Ermínia. **Para entender a crise urbana**. 1. Ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARX, Karl. **O Capital** – Crítica da Economia Política. O Processo de Produção do Capital/ Karl Marx; tradução Rubens Enderle. - 2.ed.—São Paulo: Boitempo, 2011.

ROSA, Daniel Pereira. **Consensos e dissensos sobre a cidade-dormitório**: São Gonçalo (RJ), permanências e avanços na condição periférica. *Revista Política e Planejamento Regional*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, julho/ dezembro 2017, p. 273 a 288.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia HUCITEC, 1993.

SÃO GONÇALO. **Lei Complementar 01/2009**. Aprova a revisão do Plano Diretor do Município de São Gonçalo e dá outras providências.

SÃO GONÇALO. **Projeto de Lei**. Estima A Receita E Fixa A Despesa Do Município De São Gonçalo Para O Exercício Financeiro De 2024, 2023.

SOUZA, Maria Caroline da Silva. **MINHA LUTA, MINHA VIDA**: a atuação do MTST em São Gonçalo – RJ/ Maria Caroline da Silva Souza. – Rio de Janeiro, 2022. Orientadora: Miriam Krenzinger. Coorientadora: Francine Helfreich. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2022.

TROTSKY, Leon. **A história da Revolução Russa**. Tradução de E. Huggins. – Ed. do centenário - - Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2017. 3 v. – (Edições do senado Federal; v. 240 AC).